

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PROCESSOS FORMATIVOS: NARRATIVAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriela Alves de Souza Vasconcelos dos **Reis** – UFF

Resumo

Ao incluir a Educação Infantil no sistema educacional brasileiro, a LDB 9.394/96 trouxe para o primeiro plano a problemática envolvida na profissionalização daqueles que podem atuar nesse nível de ensino. Nossa pesquisa segue o debate em torno do perfil e da formação necessária para os professores que atuam na Educação Infantil, e pretende aprofundar alguns aspectos ainda nebulosos a respeito de um específico ponto: a formação continuada. Para tanto, busca capturar, nas vozes dos professores, sentidos e contribuições da formação continuada para sua prática pedagógica. Que concepções de formação têm sido discutidas e impressas nos cursos de formação continuada de professores? Como as práticas formativas têm forjado a identidade docente? Seria possível identificar desdobramentos e ressonâncias no cotidiano educativo e na vida pessoal dos professores? Ouvir as narrativas dos professores da rede municipal de educação infantil de Itaboraí poderá dar visibilidade a algumas dessas questões, contribuindo para o equacionamento teoria e prática, necessidade e política de formação.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação infantil; Práticas pedagógicas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PROCESSOS FORMATIVOS: NARRATIVAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com os olhos na história: ponto de partida

Dentro do quadro de marcantes desigualdades existentes em nossa sociedade, a Educação Infantil esteve historicamente condicionada à concepção assistencialista, que tradicionalmente norteou o trabalho realizado nas creches – particularmente naquelas instituições destinadas ao atendimento das crianças filhas de famílias de baixa renda. A

marca de uma educação assistencialista (KUHLMANN JR, 2010), sustentada por uma política que lidava “pobremente com a pobreza” (para utilizar a clara expressão de Franco, 1989), fez com que pessoas sem qualificação profissional específica fossem recrutadas para o trabalho com as crianças, cuidando-lhes enquanto suas mães trabalhavam.

Com os olhos na história, é inegável que a Educação Infantil sofreu grandes transformações nos últimos tempos. Nesta direção testemunhamos, a partir da segunda metade do século XX, a definição de novas políticas para a infância, rumo a uma perspectiva social de garantia de direitos já apregoados (LEITE FILHO; NUNES, 2013). No que diz respeito ao direito de meninas e meninos à educação de qualidade, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), acompanhamos o importante ajustamento de creches e pré-escolas ao sistema educacional, afirmando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996).

Tal afirmação repercutiu na busca de um perfil mais adequado para o profissional que atuaria junto às crianças nesses ambientes educacionais. Atravessando o caloroso debate em torno da identidade, formação e papel do profissional da Educação Infantil, que marcou a década de 1990, a mesma lei delibera:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio [...] (BRASIL, 1996).

De lá para cá, não obstante, considerando a construção histórica do campo profissional e as trajetórias de formação de educadores que atuam nessas instituições, foram identificados ainda desafios na concretização dos direitos e na formulação de políticas de formação. Hoje, além da necessidade de professores com formação específica, o campo da Educação Infantil – com suas redefinições e particularidades –, assim como a história do perfil profissional projetado e requerido, aponta a necessidade também de uma formação continuada (LANTER, 1999).

Pensar a formação continuada dos professores da educação infantil: exigência e necessidade

Em virtude das modificações significativas trazidas pela Lei 9.394/96, como já assinalado, os debates em torno do perfil e da formação necessária para os professores que atuam na educação infantil se intensificaram. Ao incluir a educação infantil, definitivamente no sistema educacional brasileiro, o marco legal trouxe para o primeiro plano a problemática envolvida na profissionalização daqueles que podem atuar nesse nível de ensino.

Em levantamento realizado no Portal Capes, a partir dos descritores *formação continuada* e *educação infantil*, foi possível localizar 21 trabalhos, de 2010 a 2013; desses, 15 são de mestrado e 06 de doutorado. Em diálogo com a produção da área, nossa pesquisa segue o debate já anunciado por outros estudos e pesquisadores, focando sentidos e relações construídos pelas professoras da educação infantil, na jornada de formação. Pretendemos aprofundar alguns aspectos ainda nebulosos a respeito deste específico ponto: a formação continuada e, para tanto, tendo em vista a possibilidade de gerar novos conhecimentos, nosso olhar está direcionado para as propostas de formação continuada de professores, empreendidas por um município específico, Itaboraí, lócus da presente pesquisa.

Pretendemos identificar que concepções de formação têm sido discutidas e impressas nos cursos de formação continuada de professores, que pressupostos têm sido adotados, procurando entender como as práticas formativas têm forjado a identidade docente naquela rede, capturando desdobramentos e ressonâncias no cotidiano educativo.

No quadro enunciado, a pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo geral, refletir sobre os sentidos e as contribuições da formação continuada para a prática pedagógica da educação infantil, recorrendo às vozes dos seus professores. Entre os objetivos específicos traçados estão: 1) Revelar a trajetória dos processos formativos dos professores da educação infantil, por meio de suas narrativas; 2) Compreender a contribuição dos processos de formação continuada para a vida pessoal e profissional dos professores da educação infantil; 3) Identificar os impactos da formação continuada na prática pedagógica dos professores da educação infantil; 4) Analisar a proposta de formação continuada do município de Itaboraí (2005-2014), cotejando documentos oficiais e narrativas dos professores que dela participaram.

Reconhecemos que a formação inexiste no *a priori* e é, antes, formar-se, num processo que assume uma configuração sempre incompleta, dependente da própria ação do sujeito em formação; ou seja, é uma construção pessoal e permanente – o sujeito se forma ao longo da vida (dada a “condição de inacabamento do homem”, como já dissera Paulo Freire, 1997). Esse processo abarca diversas aprendizagens e transformações realizadas pelo sujeito sobre si mesmo, nas interações sociais e no relacionamento com seu meio pessoal e profissional.

A partir dos estudos de Antonio Nóvoa (1991), podemos compreender a escola como *locus* de formação continuada do educador, como lugar onde se evidenciam seus saberes e experiência. É, pois, no cotidiano escolar que o professor, profissional da educação, aprende, desaprende, estrutura novos aprendizados, realiza descobertas e sistematiza novas posturas na sua “práxis”, confirmando a relação indissociável entre teoria e prática refletida. Desta forma, entre desempenho profissional e aprimoramento da sua formação, uma relação dialética está implícita.

Dentre as perspectivas renovadas de estudo e pesquisa sobre formação de professores (como apontado por Nóvoa, 2010), localizamos a abordagem biográfica, pautada nas histórias de vida e formação. Tal abordagem parte da premissa de que ninguém forma ninguém, mas sim é a própria pessoa que se forma e forma-se à medida que elabora uma compreensão sobre seu percurso de vida. Toma-se assim a experiência do sujeito, em nosso caso o professor, como fonte de conhecimento e de formação atuante numa realidade contextualizada.

Josso (2010b), inscrita na perspectiva biográfica, oferece-nos apontamentos sobre o entendimento do que seja formação, afirmando que esta se refere a formar-se, focando o caráter decisório do sujeito nesse processo. Nesta perspectiva, consideram-se os professores, em formação contínua, como sujeitos que podem dar a si mesmos os meios de serem profissionais mais autônomos, tornando-se autores que assumem as responsabilidades nas aprendizagens e no horizonte que elas lhes abrem.

No âmbito da pesquisa, se o que queremos são as vozes dos professores, é preciso criar espaços para suas narrativas, colocarmo-nos em posição de ouvir e acolher as tantas histórias que as professoras têm a contar. A partir de suas narrativas e memórias, pistas poderão ser fornecidas para a construção e ampliação do campo de nossa investigação.

Coerente com a abordagem autobiográfica, para a recolha de dados sobre a formação continuada que foi, ou é, oferecida no município de Itaboraí, utilizaremos as

entrevistas narrativas com professores que atuam naquela rede municipal de ensino. Tal como formulada por Jovchelovitch e Bauer (2012), a entrevista narrativa

[...] é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a ideia de entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas. No modo pergunta-resposta, o entrevistador está impondo estruturas em um sentido tríplice: a) selecionando o tema e os tópicos; b) ordenando as perguntas; c) verbalizando as perguntas com sua própria linguagem (JOVCHELOVITCH E BAUER, 2012, p.95).

Buscamos, assim, fazer um levantamento das questões que envolvem a formação e a prática desses profissionais e as possíveis implicações na educação das crianças de zero a cinco anos. Também procederemos à análise documental através dos seguintes documentos: proposta de formação e plano de ensino (pautas e carga horária) do programa de formação continuada para professores de Educação Infantil, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Os sujeitos pesquisados/pesquisadores serão 10 professores de educação infantil da rede municipal de Itaboraí que participam da formação continuada, desde 2005, quando aconteceu a primeira formação continuada específica para estes professores.

Considerações finais

As concepções acerca da formação dos professores de Educação Infantil, seus conteúdos e formas, estão vinculadas à função que lhes é atribuída no processo educativo das crianças, bem como à concepção de criança, de infância, de educação, de professor e de formação. Compreender como se apresentam na contemporaneidade, implica buscar como têm sido construídas histórica e culturalmente, intrinsecamente relacionadas às contextualizações sociais, econômicas, políticas e ideológicas de cada tempo e lugar.

Ouvir as narrativas dos professores da rede municipal de educação infantil de Itaboraí poderá dar visibilidade a algumas dessas questões, contribuindo para o equacionamento teoria e prática, necessidade e política de formação.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

FRANCO, M. A. C. **Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade.** In: ROSEMBERG, F. (Org.). *Creches*. São Paulo: Cortez, 1989 (p.179-235).

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

JOSSO, M. **Da formação do sujeito... ao sujeito da formação.** In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação.** Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. B.; **Entrevista narrativa.** In: BAUER, M. B.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2010. 5ª ed.

LEITE FILHO, A. G.; NUNES, M. F. Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, S; NUNES, M, F.; CARVALHO, M. C. (Orgs). **Educação infantil: formação e responsabilidade.** Campinas,SP:Papirus, 2013. (p.67-88).

NÓVOA, A. **A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no projeto PROSALUS.** In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação.** Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **Concepções e práticas da formação contínua de professores:** In: Nóvoa A. (org.). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas.** Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

